

## **RESOLUÇÃO N. 01/2024/PPGD**

Regulamenta o acúmulo de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado concedidas pela CAPES e demais agências de fomentos, aos estudantes do Programa de Pós-Graduação em Direito Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc) com atividade remunerada ou outros rendimentos.

O Presidente do Colegiado Pleno do Programa de Pós-Graduação em Direito, no uso de suas atribuições e tendo em vista o deliberado pelo Colegiado Pleno, em reunião realizada no dia 07 de dezembro de 2023,

### **RESOLVE:**

Art. 1º Esta Resolução regulamenta o acúmulo de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado concedidas pela CAPES aos(as) estudantes do Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGD da Unesc, com atividade remunerada ou outros rendimentos, considerando a Portaria CAPES nº 133/2023.

Art. 2º As bolsas não poderão ser acumuladas com outras bolsas, nacionais, estaduais, municipais ou internacionais, de mesmo nível, financiadas com recursos públicos federais, estaduais ou municipais.

Parágrafo único: A vedação de que trata o artigo 2º não se aplica aos casos de complementação do valor das bolsas por outro órgão de fomento ou entidade parceira, quando previsto em acordos estabelecidos com o PPGD.

Art. 3º A concessão de bolsas para pós-doutorandos(as) priorizará os(as) candidatos(as) sem vínculo empregatício ou com vínculo empregatício que estejam liberados(as) das atividades profissionais e dediquem-se integralmente às atividades do PPGD.

Art. 4º Será permitido para pós-doutorandos(as) o acúmulo de bolsa com atividade remunerada ou outros rendimentos, desde que esta atividade não ultrapasse 20 (vinte) horas semanais e que sejam cumpridas integralmente às atividades designadas pelo Programa.

Art. 5º A concessão de bolsas na Modalidade I<sup>1</sup> para mestrandos(as) e doutorandos(as) (mensalidade de bolsa de pós-graduação e mensalidade de auxílio para custeio de taxas escolares) priorizará os(as) candidatos(as) sem vínculo empregatício ou com vínculo empregatício que estejam liberados(as) das atividades profissionais e dediquem-se integralmente às atividades do PPGD.

Art. 6º Será permitido o acúmulo de bolsa na Modalidade I com atividade remunerada ou outros rendimentos, desde que tal dedicação não ultrapasse 20 (vinte) horas semanais, sejam cumpridas integralmente às atividades designadas pelo Programa e que tenha anuência do(a) professor(a) orientador(a) e do colegiado de coordenação.

---

<sup>1</sup> bolsa de pós-graduação e auxílio para custeio de taxas escolares, cujo valor será de acordo com a tabela da CAPES, observada a duração das bolsas.

§1º Os (as) alunos (as) contemplados com bolsas modalidade tipo I - deverão cumprir 40 horas semanais de atividades junto ao PPGD, sendo que no mínimo 20 horas semanais serão presenciais de segunda a sexta-feira (manhã e tarde) conforme calendário a ser definido pelo Programa.

§2º As aulas e participação em grupos de pesquisas não serão computadas nas 20 horas semanais presenciais a serem cumpridas.

§3º Os (as) alunos (as) contemplados com bolsas modalidade tipo II<sup>2</sup> - deverão cumprir 20 horas semanais de atividades junto ao PPGD, sendo que no mínimo 10 horas semanais serão presenciais de segunda a sexta-feira (manhã e tarde) conforme calendário a ser definido pelo Programa.

§4º As aulas e participação em grupos de pesquisas não serão computadas nas 10 horas semanais presenciais a serem cumpridas nas bolsas modalidade tipo II.

§5º Os (As) contemplados(as) nas bolsas de pós-doutorado e de modalidade tipo II de mestrado e doutorado com a condição prioritária de não exercerem qualquer atividade remunerada, deverão manter tal condição durante todo o período de vigência da bolsa, sob pena de perde-la em caso de descumprimento.

Art.7º Poderão ser aplicados regras complementares previstas nos editais para concessão de bolsas e taxas, regulamento e resoluções do PPGD e conforme determinação das agências de fomento.

Art.8º Demais requisitos e atribuições seguirão a Portaria nº 149/2017, que aprova o regulamento do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior (PROSUC), a qual disciplina o fomento do programa para as Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES) e o Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Direito.

Art.9º O descumprimento desta Resolução implicará no cancelamento das bolsas/taxas, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas pela CAPES e demais agências de fomento para o recebimento indevido dos benefícios.

Art.10 A permissão prevista nesta Resolução não exime o beneficiário de cumprir com suas obrigações junto ao PPGD e à CAPES.

Art.11. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado Pleno do Programa de Pós-Graduação Direito.

Criciúma, 07 de fevereiro de 2024.

Prof. Dr. Reginaldo de Souza Vieira  
Presidente do Colegiado Pleno do PPGD/UNESC

---

<sup>2</sup> auxílio para custeio de taxas escolares.